



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL
Presidência

Abertura do V Fórum Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis no Montijo

(Intervenção do Presidente da Câmara, Nuno Canta, dia 14 de Novembro de 2014, no auditório da Escola Profissional do Montijo)

Senhor Presidente do Conselho de Administração da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis

Senhores Autarcas

Senhoras e Senhores Participantes

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em nome da Câmara Municipal do Montijo, saúdo a vossa presença neste V Fórum da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, na cidade do Montijo, com o lema "As Desigualdades em Saúde e o Planeamento Saudável".

A cidade que ostenta com orgulho o título da cidade mais atrativa de Portugal Continental, segundo os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística, em outubro último.

Uma cidade saudável, empenhada no desenvolvimento sustentável, na cultura, na solidariedade, e, também, no desafio dos seus cidadãos à participação. Que proporciona oportunidades e bem-estar a quem nela habita e trabalha, que promove a igualdade e a tolerância.

Uma cidade coesa e inclusiva, sem os guetos dos bairros sociais nem os muros dos condomínios privados.

O concelho do Montijo aderiu no ano 2000 à Associação de Municípios da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, decorrente do Movimento das Cidades Saudáveis pela Organização Mundial de Saúde, o qual pretende tornar as cidades, lugares com melhor qualidade de vida, com níveis elevados de educação, com mais oportunidade de emprego, com satisfação das necessidades culturais, com melhor utilização dos tempos livres, com um ambiente saudável.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL
Presidência

A relação entre o aglomerado urbano e a saúde ocorre desde o princípio do urbanismo. Na origem da cidade está uma questão de saúde básica: a disponibilidade de alimentos.

Só com uma produção excedentária de alimentos, foi possível à humanidade beneficiar da economia de aglomeração.

A aglomeração das funções religiosa, militar, comercial, política, obrigou a construção de novos tipos de infraestruturas que colocaram novos problemas sanitários, como o abastecimento de água, saneamento básico, arejamento, epidemias, cheias, incêndios.

Penso que todos concordam que as questões da saúde estão hoje solidamente inscritas na agenda política de desenvolvimento das cidades, sendo a saúde pública cada vez mais encarada como uma questão de direitos humanos que, tal como a educação, importa continuar a reclamar para todos, porquanto a universalidade destes direitos básicos tem de ser realizada para todos os cidadãos.

É sabido que a crise trouxe um aumento das desigualdades. De facto, aumentou o fosso entre ricos e pobres e criou diferenças no acesso aos bens públicos básicos.

A erradicação da pobreza, o acesso universal à educação, o acesso à saúde, o acesso à água potável e saneamento básico, a proteção do ambiente, são desafios das cidades que permitem traduzir os direitos humanos básicos em realizações concretas que vão ao encontro das necessidades dos mais pobres e dos mais necessitados.

Alcançá-los é não apenas uma obrigação moral, mas também um imperativo político para garantir uma cidade mais solidária, mais justa e mais segura para todos os cidadãos.

É absolutamente necessário que as populações e os agentes económicos incorporem nos seus interesses a noção de desenvolvimento sustentável.

É preciso cuidar do ordenamento do território e da humanização dos espaços urbanos. Este é um desafio de civilização, pois desse ordenamento depende a saúde, o ambiente, a qualidade de vida, a cultura, o património, e as próprias condições de afirmação da cidadania.

Fenómenos como o envelhecimento dos núcleos históricos, a fragmentação urbana, o desemprego, a exclusão social e a marginalidade, impõem aos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL
Presidência

autarcas a definição de políticas de desenvolvimento sustentável, suscetíveis de contrariar a degradação das condições de vida das cidades.

A atenção às pessoas é pois um dos temas que não pode deixar de ocupar lugar cada vez mais central na agenda política dos autarcas.

É importante que se instale uma cultura de avaliação e de prestação de contas. E esta responsabilidade perante a comunidade, a prestação de contas, deve constituir uma forma de confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

Todos nos devemos sentir empenhados em que a confiança dos cidadãos, em especial a confiança nos serviços básicos da cidade, se reforce e que a resposta dos serviços se aproxime, tanto quanto possível, das suas expectativas e das suas necessidades.

Quero deixar aqui um expressivo sinal de reconhecimento público a todos os que, ao longo da história da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, trabalharam com tanta competência e dedicação para a afirmação do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento saudável.

Muito Obrigado!

O Presidente da Câmara

Nuno Canta